



GOVERNO DO BRASIL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Ciência e Tecnologia
Sérgio Machado Rezende

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Diretora
Ima Célia Guimarães Vieira

Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação
Nilson Gabas Júnior

Coordenador de Comunicação e Extensão
Nelson Sanjad

COMISSÃO DE EDITORAÇÃO

Presidente
Nilson Gabas Júnior

Editores Associados

Mário A. G. Jardim (Botânica)
Maria Emília da C. Salles (Ciências da Terra)
Ulisses Galatti (Zoologia)
Lourdes Gonçalves Furtado (Antropologia)
Maura Imázio da Silveira (Arqueologia)
Ana Vilacy Galucio (Linguística)

Editora
Angela Botelho

Designer gráfico
Andréa Pinheiro

Estagiárias
Karla Barros, Sídia Reis

Museu Paraense Emílio Goeldi



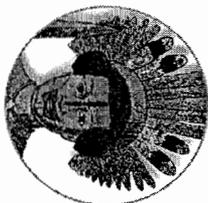
AMAZÔNIA
ALÉM DOS 500 ANOS



Organizadores

Louis Carlos Forline
Rui Sérgio Sereni Murrleta
Ima Célia Guimarães Vieira

Belém - Pará - Brasil
2006



O QUE SERÁ DOS ÍNDIOS “ISOLADOS”?

No ano 2000, durante o clima festivo que cercava as comemorações do V Centenário brasileiro, a Rede Globo de Televisão transmitiu uma série de reportagens sobre grupos indígenas, através do seu programa dominical, o *FANTÁSTICO*. Os índios que serviram de matéria para esse programa foram descritos como indígenas que ainda vivem num modo de vida semelhante àquele das populações nativas da época pré-Cabralina. Ao longo de quatro domingos seguidos foram apresentadas matérias sobre as etnias Korubo, Zo'e, Guajá e Matis. As expedições foram organizadas pelo Departamento de Índios Isolados (DII), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e as equipes de reportagem da Globo, através de suas câmeras de televisão, levaram o telespectador numa viagem de paisagens repletas de rios, florestas e índios desfilando em seu nicho tido como natural. Foram entrevistados funcionários da FUNAI sobre a situação desses indígenas e, em algumas ocasiões raras foram registrados comentários dos próprios índios. Num outro instante foi gravada uma cena de primeiro contato entre sertanistas da FUNAI e um índio Korubo.

¹ Depto. de Antropologia da Universidade de Nevada-Reno (forline@unr.edu).

² *In Memoriam*. Pesquisador da Coordenação de Ciências Humanas. Museu Paraense Emílio Goeldi. Falecido em 26/06/2001.

Além do programa FANTÁSTICO ter apresentado esses grupos como um exemplo de uma vida pré-Cabralina, a FUNAI oficialmente os caracteriza como "Índios isolados". Em seu *website* oficial, a FUNAI descrevia esta categoria da seguinte maneira:

São povos indígenas que, desde a época do descobrimento [ênfase nossa], vivem isolados do convívio com a sociedade nacional, mantendo-se afastados de todas as transformações ocorridas no País, e que habitam, tradicionalmente, os pontos mais distantes e inóspitos da Amazônia brasileira. Pouco se sabe sobre esses grupos, cuja língua, de modo geral, é desconhecida e que não mantêm qualquer tipo de relação com outros povos indígenas existentes nas proximidades do seu território.

Neste trabalho, pretendemos dar um outro enfoque a esta imagem criada pelo DII da FUNAI e oferecer uma visão mais real da situação dos índios tido como "isolados", lembrando que, primeiro, o isolamento descrito nesta citação caracteriza estes grupos e não retrata um perfil fiel a sua história ou vida atual; segundo, deixa de revelar o processo de contato interétnico e suas consequências. Esta imagem fatalmente alimenta um preconceito corriqueiro que enxerga os índios como primitivos e sem cultura, preconceito este que, freqüentemente, justifica sua integração à sociedade envolvente. Mostraremos que, ao contrário do que se divulga, muitos dos falados grupos isolados representam resquícios de sociedades indígenas que, outrora, eram mais populosas, ocupavam uma vasta região Brasil afora e exibiam uma cultura exuberante, vida esta que foi até adotada, em vários aspectos, pelos próprios europeus que vieram a ocupar terras brasileiras. Serão esclarecidas, também, as implicações do contato interétnico. Como exemplo, ilustraremos algumas histórias de contato entre indígenas e a sociedade envolvente, dando destaque aos índios Guajá do estado do Maranhão e aos Maku do estado do Amazonas.³ Através destes e outros exemplos, veremos que o contato interétnico, quando ministrado pelo Estado, trouxe efeitos danosos e indesejáveis para os indígenas, apesar do discurso oficial da FUNAI alegar que seja mais interessante para eles serem

atraídos, aldeados e ministrados através de seu programa de integração. Complementando esta questão, proporemos um plano de ação com vistas a melhorar este processo de contato, além de contemplar o período de transição pós-contato que, por sua vez, talvez seja o período mais crítico e importante neste intercâmbio. Trata-se de um período delicado, exigindo um cuidado especial, gerenciado por um programa que contemple seriedade, competência e consistência – e acima de tudo, que respeite a dignidade dos índios. Encerramos este artigo com as perspectivas que os grupos isolados podem antecipar para seu futuro. Enfim, argumentamos que ao ingressar no novo milênio, qualquer homenagem que a mídia ou a FUNAI venham a prestar aos indígenas teria que, obrigatoriamente, enxergar todos estes fatores antes de divulgar qualquer informação que possa, inadvertidamente, deturpar sua imagem.

OS ÍNDIOS DO BRASIL, ONTEM E HOJE

A maior parte dos povos indígenas brasileiros encontra-se em contato, há muito tempo, com vários segmentos do Estado brasileiro. Cada grupo teve experiência diferente com relação a este processo, porém, de modo geral, esta experiência não foi positiva. Não há um consenso firme quanto à população indígena pré-cabralina e existem estimativas na ordem de 1,5 a 11,2 milhões de índios no Brasil antes da chegada dos europeus. Segundo o IBGE (2002) existem, aproximadamente, 701.000 índios no Brasil nos dias de hoje. No último censo foi permitido ao entrevistado a se identificar, que contribuiu para esse aumento, além do fato das populações indígenas terem se adaptado melhor às doenças introduzidas e receberem um atendimento melhor na área de saúde. Porém, ainda não se sabe quantos mais residem em cidades e povoações nas áreas rurais.⁴ Assim, ainda não se sabe o montante da população indígena brasileira, número este que precisa ser aferido para que os indígenas ganhem seu devido

³ Situamos os Maku nesta região, de modo geral, dado que os mesmos residem tanto do lado brasileiro (no estado do Amazonas) como no lado colombiano dessa área fronteiriça.

⁴ Entre estes existe um número expressivo de indígenas que se misturou com membros da sociedade envolvente e, conseqüentemente, exibem outra feição. Mesmo assim, os índios citadinos comçam a ser contados e estão em número crescente devido a seu reconhecimento maior pela FUNAI e outros membros da sociedade nacional.

reconhecimento. Apesar disso, sabemos que, ao total, este número não chega, sequer, a um por cento da população brasileira. Isto significa que, em termos de força política, os índios brasileiros não possuem um número expressivo; caso tivessem, tal situação proporcionaria a eles uma representatividade maior para reivindicar seus direitos.⁵

Apesar destes dados não revelarem um quadro animador, sabe-se que a população atual representa uma melhoria do que se testemunhou no início do século XX, aonde a situação demográfica chegou ao seu nadir, com apenas 100.000 pessoas (RIBEIRO, 1986). Mais tarde, Wagle e Galvão (1961) previam um cenário onde muitos índios eventualmente sofreriam os impactos da aculturação, passando por um processo de "caboclicização"⁶ e marginalização. Posteriormente, esta visão teria que ser revisada, visto que houve uma recuperação das perdas demográficas, e o movimento indígena reivindicar seus direitos, situação que também foi acompanhada por uma conscientização maior da sociedade envolvente. Um fator essencial neste resgate foi a crescente demarcação das terras indígenas, que proporcionou uma segurança maior a eles e uma oportunidade para que os mesmos praticassem seus modos de vida mais tradicionais. Deste modo, Eduardo Galvão e Mércio Gomes (GOMES, 1988) haviam previsto que a população e cultura indígena iriam eventualmente se recompor, apesar de exibir outra feição. Por um lado, a reconstrução da vida indígena poderia ser vista de maneira otimista, reconstrução esta que viria através de uma série de negociações onde o índio seria portador de um outro tipo de identidade sem ser o retrato de um cidadão de "penas e plumas". Teria um resgate, sim, junto com a recuperação demográfica, porém,

⁵ Constatamos isso embora em outros países, como Bolívia, Equador e Peru, a população indígena seja expressiva. Ou seja, a representação numérica não necessariamente indica uma força política substancial como ocorre nestes e outros países.

⁶ Esta expressão advém do termo *caboclo*, utilizado neste ensaio para descrever o índio destrabalizado face o processo de contato com o colonizador europeu e, mais tarde, com membros da sociedade nacional brasileira. O caboclo amazônico retém alguns aspectos de seus antepassados indígenas, como a cultura, crenças, alimentação, e conhecimento da natureza. Prática uma religião sincrética baseada no catolicismo popular por força da miscigenação proveniente, principalmente da mistura do português com o índio, e em menor escala, com o africano.

este processo necessariamente comprometeria a integridade do indígena, dado que, ao ser integrado à sociedade maior, teria que abrir mão de certos direitos e modos de vida. Neste sentido, o indígena viria a compor o escalão mais baixo da sociedade brasileira, na periferia da periferia. Assim, a população indígena, apesar de ter recuperado algumas perdas, sofreria uma assimilação forçada à sociedade nacional.

Desde seus primeiros contatos com a sociedade envolvente, os indígenas foram expostos a uma série de ondas de expansão européia. Durante o período exploratório, os primeiros contatos foram caracterizados por trocas, permutas, alianças e hostilidades. Uma vez estabelecido como colônia, o Brasil, através de suas capitãias hereditárias, abordava o índio de forma semelhante, porém, os primeiros estragos já haviam sido feitos de tal forma que a população indígena sucumbiu à pressão do colonizador por dominação política-militar, perdas territoriais e quedas demográficas ocasionadas, principalmente, por doenças contagiosas.

Em sua maioria, os indígenas brasileiros ocupavam as áreas litorâneas e fluviais, áreas estas mais ricas em recursos por representarem uma convergência de zonas ecológicas mais produtivas e aproveitáveis, proporcionando, assim, uma gama ampla de bens naturais e estratégias mistas de subsistência. Mais tarde, o avanço da fronteira colonizadora e, posteriormente, nacional, acompanhadas pela perda territorial indígena, ora ocasionada por sua queda demográfica, facilitou a ocupação desse espaço por seus agentes. Deste modo, muitas destas sociedades foram dizimadas e destruídas, enquanto que uma boa parte foi absorvida pela sociedade nacional no processo de "caboclicização", referido anteriormente (WAGLEY, 1977; ROSS, 1978; GALVÃO, 1979; PARKER, 1985). Porém, muitos sobreviventes fugiram para as matas interfluviais, cabeceiras de rios, campos e cerrados e outros lugares quase inacessíveis. Lathrap (1968) salientou que a maioria dos ditos caçadores-coletores da Amazônia de hoje são, de fato, resquícios de sociedades agrícolas que foram obrigados a fugir dos colonizadores e a se transformarem em nômades como os Maku do estado do Amazonas. Outros exemplos, nos dias de hoje, são os Yúquí da Bolívia (STEARMAN, 1984), os Aché do Paraguai e os Guajá do Brasil (GOMES, 1988; 1989; BALÉE, 1992; 1994). Portanto, ao revisar o conceito de índio "isolado" há que se reformular, também, o conceito de "caçador e

coletor", termo este que veio a ser utilizado para descrever muitos dos grupos sem contato (LEF, 1992; FORLINE, 1995; 1997). Ao reconstruir sua história, então, sabe-se que sua trajetória tem que ser vista por outro prisma, pois sua fragmentação e dispersão obrigaram-nos a adotar um outro modo de vida, não representante de sua forma original. Neste sentido, há que se admirar sua persistência diante das circunstâncias que os empurrou às margens das outras sociedades indígenas. Por assim dizer, fica evidente que, apesar de terem pouco contato com a sociedade envolvente ou com outros grupos indígenas, não estão praticando sua forma de vida "tradicional". Este fato demonstra, também, que, além de persistirem em condições adversas, eles se adaptaram bem aos seus novos ambientes, servindo de exemplo da habilidade indígena de se adequar ao mosaico de ecossistemas diferentes da Amazônia. Deste modo, há que se lembrar que quando o órgão oficial do Estado os caracteriza como um exemplo dos "últimos" caçadores e coletores do Brasil – e do mundo – há que se enxergar estes pronunciamentos panfletários com muita cautela.

Hoje, estima-se que entre 40 a 50 grupos vivem de forma isolada, longe do contato permanente ou regular com não-índios. AFUNAI confirmou a existência de apenas 12 desses grupos. Pelo menos 25 deles encontram-se dentro de terras indígenas demarcadas ou com algum grau de reconhecimento pelos órgãos federais. As referências sobre esses grupos, praticamente todos na região amazônica, foram registradas através de relatórios técnicos da FUNAI e informações de índios, missionários, antropólogos, indigenistas e moradores regionais.

Segundo a ONG *Survival International* (2000), existem aproximadamente 70 grupos indígenas isolados no mundo, sendo que aproximadamente 60 - 70 % desse total mundial reside no Brasil. Significa que, como país, em tese, o Brasil seria prioridade para tais grupos. Mesmo assim, tem deixado muito a desejar em termos dos cuidados que esses grupos mereceriam receber na agenda nacional do governo. A postura desenvolvimentista brasileira vai a um encontro muito brusco com essa prioridade, se é que se pode dizer que o país tenha contemplado esses povos em seus planos estratégicos. Pelo contrário, vimos que são considerados empecilhos ao desenvolvimento. Enquanto isso, os

atores que se empenham na luta pela sua sobrevivência são enxergados como agentes manipuladores que escondem outros interesses, tipo a cobiça pelas riquezas amazônicas. De tal forma, os indígenas, de forma geral, isolados e aqueles em contato, seriam uma espécie de marionete num jogo de interesses para acessar os recursos da região. Diante desse quadro é evidente que quando o governo aborda a questão indígena não o faz de maneira firme e convicta. Ou seja, sem uma política clara e definida, delineando critérios precisos quanto à questão do bem estar indígena.

Em anos recentes o governo esvaziou a FUNAI alegando a incompetência da instituição, distribuindo muitas de suas responsabilidades para outros órgãos do Estado, como a educação e saúde. Outros bens e serviços que serviriam aos índios foram municipalizados e, em alguns instantes, terceirizados, ou assumidos por Organizações Não Governamentais (ONGs). Embora que se possa justificar estas ações, ao perceber que seu órgão oficial tem muito a desejar em seu desempenho, o governo deixou a FUNAI sem expressão, além de não exibir uma postura política clara para com os indígenas. Além disso, nessa reestruturação, o Departamento de Índios Isolados da FUNAI foi pouco atingido e permanece com sua autonomia, protegido numa redoma que o isenta de quaisquer observações externas. Por um lado, fica difícil transferir muitas de suas tarefas para outros órgãos devido à inviabilidade desses prestarem serviços em áreas de difícil acesso. Além disso, para que se possa prestar serviços, a situação logística para trabalhar com índios isolados e outros, representa uma situação especial e depende muito da cooperação da FUNAI, que em grande parte, controla os meios de acesso às Terras Indígenas. Sem esta colaboração, outras entidades que poderiam prestar serviços na área de saúde, melhorias de infraestrutura, educação e outras ficam inviabilizadas. E vale lembrar que, com a recente transferência de responsabilidades, não se pode esperar da FUNAI uma colaboração incondicional e convicta. Em alguns instantes, somos testemunhas de melhorias em alguns serviços dado que o enfraquecimento do órgão tutelar o obrigou a procurar parcerias para complementar seu desempenho.

Apesar desse esvaziamento da FUNAI, seu Departamento de Índios Isolados se manteve praticamente intocado e intacto. Trata-se do departamento que administra os assuntos dessa categoria de índio, cujas responsabilidades incluem o monitoramento de tais grupos,

o contato, quando julgado necessário, e a administração das Fontes de Atração. Foi criado em 1987 e desde então goza de uma autonomia grande e recebe muita atenção, e até elogios, de simpatizantes externos. Porém, em muitas das suas ações deixou muito a desejar.

OS GUAJÁ E OS MAKU

Para ilustrarmos melhor a situação dos índios caracterizados como isolados, traçamos, a seguir, dois breves estudos de caso de grupos indígenas recém-contatados. São os Guajá do estado do Maranhão e os Maku do estado do Amazonas. Apresentamos uma breve história de cada grupo, sua experiência de contato e sua transição diante da sociedade envolvente. Será feita, então, uma análise da história de cada grupo alinhavando as diferenças entre cada um e, em seguida, delinemos alguns pontos que avaliamos como importantes no processo de contatar índios tido como "isolados".

OS GUAJÁ

O povo Guajá, um grupo de fala Tupi-Guarani, situa-se nas franjas orientais da Amazônia brasileira, no estado do Maranhão, e representa uma das últimas sociedades de caçadores e coletores do Brasil – e do mundo. Atualmente, existem, aproximadamente, 282 Guajá situados em quatro comunidades, aldeadas pela FUNAI, nas Áreas Indígenas *Alto Turiaçu* e *Caru*, cerca da divisa com o estado do Pará. Ainda existe um outro número indeterminado de índios Guajá, sem contato permanente com a sociedade maior, perambulando nas matas desta região. Hemming (1978) especula terem sido os Guajá representados por, aproximadamente, 2.000 indivíduos na época pré-cabralina.

Os Guajá se denominam *Awá*, termo que significa "homem", "pessoa" ou "gente". As origens deste povo são obscuras, porém, acredita-se que seja originário do baixo rio Tocantins no estado do Pará (GOMES, 1988; 1989; BALFE, 1984; 1994). Formava, provavelmente junto aos Ka'apor, Tembê e Guajajara (Tenetehar), um conjunto Tupi-Guarani maior naquela região. Na medida que a expansão colonial foi exercendo uma pressão sobre estes grupos indígenas, houve uma dispersão dos mesmos. Acredita-se que a partir do conflito da Cabanagem, em torno de 1835-1840, este

conjunto iniciou uma migração no sentido leste, rumo ao Maranhão. É provável que por volta de 1950 todos os Guajá já estivessem vivendo neste estado no lado leste do rio Gurupi.

Os Guajá entraram em contato permanente com a sociedade envolvente a partir de 1973. Especula-se que, antes de entrarem em contato com membros da sociedade nacional brasileira, viviam uma vida nômade subsistindo da caça de animais silvestres e da coleta de produtos florestais. Acredita-se, porém, que possivelmente os Guajá fossem agricultores no passado, até serem obrigados a adotar uma vida nômade por força de serem pressionados por outros grupos numericamente superiores e mais fortes. É importante lembrar que também existem outras sociedades que hoje são consideradas caçadoras e coletoras que, provavelmente, no passado, representavam sociedades agrícolas e sedentárias. Por exemplo, não se pode esquecer que, no caso amazônico, a maioria da população indígena se concentrava na beira dos rios na época pré-colombiana (DENEVAN, 1976; HEMMING, 1987).

Sob orientação da FUNAI, os Guajá atualmente praticam a agricultura itinerante, empenhando-se em atividades agrícolas semelhantes às práticas pelos povoados circunvizinhos às suas reservas. Adaptaram-se rapidamente a esta nova estratégia de subsistência, uma vez que a agricultura itinerante representa mais uma opção na sua gama de alimentos. Ademais, o assentamento dos indígenas próximo aos postos da FUNAI se tornou atraente, pois, o contato inter-étnico que, por um lado, provocou a introdução de doenças e enfermidades, por outro, revelou-se como uma necessidade face ao acesso de medicamentos para o tratamento destas. Entretanto, a caça e a coleta não deixaram de contribuir de forma substancial à vida dos Guajá e continua sendo de praxe entre estes o deslocamento para áreas distantes de suas aldeias, rumo a retiros de caça.

Outro fator que tornou a agricultura viável é que os plantios de suas roças servem para evitar a fome em períodos de escassez, ocasionados pela estação chuvosa. Um estudo antropológico, por exemplo, revelou que uma das comunidades, situada na A.I. Alto Turiaçu, exibiu um teor de gordura mais elevado durante a estação chuvosa. Isto porque os Guajá desta aldeia consumiam muita farinha de mandioca junto com os frutos coletados da palmeira silvestre, bacaba (*Oenocarpus distichus*), este último

alimento, rico em óleo e proteína. Simultaneamente, os Guajá podem se tornar menos ativos durante a estação chuvosa, uma vez que eles contam com os seus produtos agrícolas. Além dos produtos de suas roças, (mandioca, arroz, milho, batata doce, cará, banana, melão, melancia, feijão, jerimum e outros), os Guajá aedem, ainda, a frutas (manga, banana, laranja, cacau, maracujá e outros) cultivadas nos pomares da FUNAI.

O contato, porém, não foi uma experiência positiva para os Guajá, já que sofreram uma queda populacional significativa. De modo geral, sítios arqueológicos demonstram que a transição para a agricultura traz consigo algumas complicações na medida em que caçadores e coletores assentam-se em locais mais permanentes, ora por mudança de dieta, ora por doenças contagiosas devido à falta de saneamento e à maior concentração de populações humanas encontradas nestas áreas. No caso Guajá, a aldeia do Posto Indígena Guajá, situada na Área Indígena Alto Turiacu, sofreu um grande impacto ao entrar em contato permanente. O contato foi executado de maneira desordenada, tendo a população desta aldeia reduzido de 91 para 25 indivíduos entre 1976 e 1980. Esta comunidade recupera-se lentamente deste impacto, que os deixou desorientados e em estado de choque.

Uma consequência da queda demográfica entre os Guajá foi a disparidade entre os sexos masculino e feminino. Tanto na aldeia do Posto Indígena (PIN) Guajá, situado na Terra Indígena (TI) Alto Turiacu, e na comunidade que situa-se às vizinhanças do PIN Juriti, da TI Awá, existia uma proporção de três homens para uma mulher de idade reprodutiva. Por motivos não muito claros a mulher Guajá sofreu mais durante esta queda demográfica. Com este desequilíbrio, existe, atualmente, um número expressivo de arranjos poliândricos, onde uma mulher encontra-se casada com dois ou mais homens. Acredita-se que tais arranjos entre grupos indígenas expressa uma tentativa de recuperar perdas demográficas (cf. LARAILA, 1974). Mesmo assim, a desproporção entre os sexos é motivo de tensão entre os jovens rapazes dessas aldeias que ora disputam mulheres, tanto que já houve casos de assassinatos entre eles. Já nas outras aldeias Guajá, onde existe uma estrutura demográfica mais intacta, os casamentos são mais monógamos, embora existam alguns casos de de poliginia.

Fica difícil reconstruir o parentesco dos Guajá uma vez que estes indígenas se dispersaram e ficaram reduzidos a meros fragmentos de sua população original. Antes do contato com a FUNAI, supõe-se que os Guajá perambulavam pelas matas do Maranhão em grupos de cinco a trinta pessoas. Em alguns casos, alguns indivíduos perambulavam por terras extremamente distantes de seu *habitat* original como no caso de dois índios que foram encontrados na Bahia e em Minas Gerais, respectivamente.

Embora o tratamento médico ministrado pela FUNAI vise antecipar as doenças contagiosas e enfermidades ocasionadas pelo contato, como a gripe/pneumonia e a malária, o atendimento carece de um conhecimento maior da *etnomedicina* destes indígenas. O contato interétnico exige uma sensibilização maior para com a cultura indígena, principalmente no tocante a sua visão de doença, saúde, morte e cura. Caso contrário, as doenças introduzidas continuarão a assolar os Guajá, uma vez que a saúde implica na habilidade destes indígenas se empenharem em suas atividades de subsistência, ou seja, na caça, coleta e roça; o desempenho destas exige um esforço físico constante.

Outro problema que implica na segurança dos Guajá é a constante presença de invasores em suas áreas. O desmatamento dentro das TI Alto Turiacu, Caru, e Awá, além da presença de caçadores ilegais, tem reduzido a disponibilidade de terra e caça. Ademais, outro fator importante que afastou a caça para os Guajá tem sido a presença da ferrovia Carajás que corre às margens sul da TI Caru. A ferrovia atraiu uma maior penetração de populações migratórias na região, criando várias povoações ao longo do seu percurso, estimulando, assim, invasões nas áreas indígenas adjacentes. Além disso, o barulho emitido pelos trens do Projeto Grande Carajás é ouvido por longas distâncias, afastando os animais de caça. O Projeto Grande Carajás em si afeta nada menos que 40 comunidades indígenas, direta e indiretamente, ao longo de sua ferrovia. (TREECE, 1987).

Desde 1982 há uma tentativa de estabelecer um novo terreno para os Guajá, ou seja, a Terra Indígena Awá. Esse terreno foi homologado este ano (2005) por decreto presidencial, porém, ainda faltam algumas etapas a serem cumpridas para estabelecer a TI Awá definitivamente, dado a necessidade de retirar um número expressivo de posseiros ilegais situados dentro dessa área. A criação desta TI vai ligar a TI Caru com a TI Alto Turiacu,

estabelecendo, assim, um terreno contínuo que, em tese, seria menos sujeito às invasões. Além de fornecer mais segurança, esta fusão proporcionará aos Guajá uma área maior para continuar suas atividades de subsistência. Serviria, ainda, como um território próprio, dado que as TI Caru e Alto Turiaçu são compartilhadas com as etnias Ka'apor, Timbira e Guajajara. Certos trechos da área em questão já encontram-se degradados, porém, é de suma importância a homologação desta área a fim de garantir um futuro mais seguro para os Guajá.

Na virada do milênio, os Guajá e outros grupos tido como isolados estão sujeitos a um futuro incerto já que o cerco se fecha cada vez mais e os interlocutores da FUNAI não possibilitam parcerias que outrora poderiam acolchoar o impacto do contato interétnico. Recentemente, os Guajá foram tirados da categoria de "índio isolado" e, atualmente, encontram-se na situação mais comum do indígena brasileiro. Ou seja, são considerados índios "em contato", o que implica na redução de apoio especial que a FUNAI proporciona àquela primeira categoria. Além disso, o convênio entre a FUNAI e a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), a empresa administradora do Projeto Grande Carajás, já se esgotou, retirando, assim, um amparo essencial aos Guajá e outros grupos indígenas situados ao longo da ferrovia Carajás. Anteriormente, este convênio prestava um apoio especial para os indígenas nas áreas de saúde, educação e atividades produtivas. A CVRD ministrava este convênio com recursos obtidos através de um empréstimo do Banco Mundial e CCE para construir a ferrovia Carajás. Dos US\$300 milhões obtidos para este projeto, foram destinados US \$13,2 milhões ao apoio das comunidades indígenas localizadas às suas proximidades. No momento, a CVRD continua prestando apoio, porém, mais na forma de pequenas caridades, ações estas que não somam a um compromisso, programa ou mecanismo substancial que vise garantir e manter o bem estar das comunidades indígenas na esfera de influência do seu Projeto Grande Carajás. Recentemente, foi estabelecido um novo convênio entre a FUNAI e CVRD para auxiliar os Guajá em suas atividades produtivas, porém, esse programa não é da magnitude do convênio original e não se estende às áreas de saúde, segurança e educação. Entretanto, as relações forçadas entre os Guajá e a FUNAI estabeleceram uma assimilação forçada e assimétrica entre eles e o órgão tutelar, criando, assim, uma hierarquia autoritária e

paternalista. Ocorre, aqui, uma situação onde os índios começam a questionar seus conceitos de ser, subordinando o seu próprio pensamento aos seus interlocutores. Além disso, esta hierarquia se estende agora à comunidade Guajá, onde o contato está criando desigualdades entre os próprios indígenas.

OS MAKU

A história dos Maku apresenta-se de uma maneira diferente daquela dos Guajá. Embora não tenha sido algo rósea, sua experiência de contato foi mais branda e, em consequência disso, eles não sofreram o choque que testemunhamos entre os Guajá. Fatores como sua distância, inacessibilidade, grande extensão territorial, somados à ausência de grandes projetos ao seu redor, além do fato deles possuírem interlocutores mais conscientes, contribuíram para que sua população e cultura permanecessem intactas e menos comprometidas. Enquanto o cerco se fecha em torno dos Guajá, os Maku ainda podem antecipar quaisquer impactos que possam ameaçar seu modo de vida. Ressalta-se que, embora a instabilidade política interna da Colômbia possa ter repercussões na vida dos Maku, ocasionando uma presença militar maior nesta área fronteira da Amazônia, eles ainda podem se retirar para áreas mais distantes, nos interflúvios, longe desses conflitos.

Na era colonial a pobreza da campinarana dominante, somada ao caráter encachoeirado dos rios, foi um dos obstáculos à expansão das frentes pioneiras portuguesas e espanholas, que disputavam a região já no século XVII, estabelecendo destacamentos militares em alguns pontos do rio Negro, de onde os nativos apressados eram "descidos" para os centros urbanos emergentes (Barcelos, Manaus e Belém). A partir do século XVIII, intensificam-se os "descimentos", de modo que mesmo os Maku, em seus recônditos territórios interfluviais, tiveram alguns de seus efetivos apressados como escravos. Mas a análise dos documentos coloniais permite afirmar que, dentre os indígenas da região, eles foram os menos atingidos pelos "descimentos" ou pelas violências decorrentes do ciclo da borracha, ao final do século seguinte. O ciclo da borracha, aliás, foi possivelmente um dos motivos da adoção de práticas agrícolas pelos Maku: refugiando-se nos terrenos interfluviais para escapar ao apressamento praticado pelos seringueiros, os Tukano passaram a conviver mais intensamente

com os Maku, ensinando-lhes a agricultura da mandioca, bem como uma série de itens da cultura material e espiritual. Em 1914, em pleno período de estagnação econômica decorrente da *débaîde* da borracha, entram em cena os missionários salesianos, uma ordem católica voltada para a educação. Eles obtiveram a adesão de todos os índios ribeirinhos do lado brasileiro, porém encontraram muita resistência por parte dos Maku, que se recusavam a enviar suas crianças aos internatos nos centros missionários. Nos anos 1970, os salesianos tentaram algumas experiências de povoados-missão exclusivamente Maku. O garimpo aurífero - que se desenvolveu na região entre meados da década de 1980 e o início dos anos 1990, época em que o movimento indígena conseguiu expulsar os invasores com o apoio do Ministério Público e a força da Polícia Federal - pouco afetou os Maku, pois era praticado, no mais das vezes, em terreno ribeirinho. O único garimpo de terra firme, no extremo sul da TI Alto Rio Negro, foi abandonado já em 1986 pela empresa mineradora Parapanema, em função da baixa produtividade; com a intensificação do movimento indígena no início dos anos 1990, o ouro passou a ser explorado exclusivamente pelos índios.

Alta dispersão espacial dos seis grupos linguísticos Maku dentro desse vasto perímetro deve-se à dominância de enormes áreas de caatinga ou campinarana, um tipo de floresta não ribeirinha, de solo extremamente pobre, pouca variabilidade vegetal e baixa concentração de animais de caça. Os Maku ocupam justamente as "manchas" de floresta de terra firme, onde a caça é mais abundante e a vegetação mais rica em espécies utilizáveis na alimentação ou na confecção de artefatos.

A ocupação humana da área em tempos pré-colombianos se deu provavelmente em duas vagas: primeiro, os Maku se estabeleceram nas zonas interfluviais, nas "manchas" de terra firme; a seguir vieram os Arawak e os Tukano, estabelecendo-se nas barrancas altas dos rios, em meio ao igapó (terreno ribeirinho baixo, periodicamente inundável durante as cheias, de abril a setembro). O contato já bastante antigo entre esses povos de origem e línguas diversas, cada qual ocupando faixas ecológicamente distintas, resultou num complexo sistema de trocas comerciais e simbólicas. Para os Maku, eles sempre viviam da caça, coleta e nomadismo, embora alguns autores como Lathrap (*ibid*) argumentarem que os atuais caçadores

e coletores de hoje sejam resquícios de sociedades que antigamente praticavam agricultura e uma vida mais sedentária.

Devido ao caráter interfluvial de seu habitat, pouco acessível às frentes pioneiras, aos missionários ou aos pesquisadores, as estimativas anteriores, que variam de 2 a 2,5 mil, são muito precárias e pouco confiáveis, de modo que não servem para se estimar a dinâmica populacional. Os estudos ainda em curso das variáveis demográficas em um determinado grupo Maku, os Hupdt, permitem afirmar, provisoriamente, que se trata de uma população estável, que não tem aumentado nem diminuído, significativamente, nos últimos decênios (Pozzobon, 1998). Por outro lado, eventuais trocas matrimoniais com grupos circunvizinhos são numericamente inexpressivas, devido ao baixo status dos Maku no sistema intertribal da região. Enquanto isso, alguns grupos Maku mais aculturados preferem lidar diretamente com a FUNAI ao invés da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) dado que esta organização é ocupada por índios que historicamente os dominavam. De qualquer forma, vale mencionar que esta região não fica sob a jurisdição do Departamento dos Índios Isolados da FUNAI, de forma que os grupos Maku que vivem mais afastados, da caça e coleta, não estão subordinados a sua política.

PROGRAMA ALTERNATIVO DE CONTATO INTERÉTNICO E UMA ADMINISTRAÇÃO ADEQUADA PARA INDÍGENAS RECÉM-CONTATADOS

Visto o exposto, gostaríamos, então, de propor um programa alternativo de ação para abordar grupos sem contato e estabelecer medidas para que as conseqüências do contato interétnico sejam mais benéficos a eles. As experiências supracitadas, entre outras, nos municiam de tal maneira que possibilite elaborar uma política alternativa, proposta esta que seria mais justa, contemplando a vulnerabilidade destes grupos e que, simultaneamente, criasse um outro rumo que os encaminhassem para uma interação mais gratificante com membros da sociedade envolvente. Sentimos, desta maneira, uma certa obrigatoriedade de desenvolver novos programas para grupos recém-contatados dado a experiência nefasta vivida por alguns deles, porém, lembrando que outras situações foram bem direcionadas quando ministradas por interlocutores mais preparados, como foi o caso dos Maku.

A seguir expomos os 14 pontos principais deste programa:

1) Primeiro, é importante ressaltar que o contato em si requer uma decisão bem pensada da parte dos agentes encarregados de administrar o trabalho interétnico. No momento, a política em vigor trata de abordar os grupos isolados quando é avaliada que sua segurança esteja comprometida ou que o contato, em si, aparenta ser inevitável. Tais situações podem vir através de um grande projeto a ser implementado às cercanias do habitat dos indígenas ou do avanço de uma fronteira. Ou seja, as portas de lança da fronteira de expansão freqüentemente encontram indígenas no seu caminho, e na realização destes empreendimentos há que se ter um acompanhamento antropológico junto à FUNAI. Vale lembrar que, durante o Projeto de Integração Nacional (PIN), 56% dos indígenas da Amazônia foram contactados (Ramos, 1984). Quando não há uma ameaça aparente aos grupos isolados, normalmente é determinado que sejam deixados à vontade. Na realidade, sabe-se que, freqüentemente, o DII da FUNAI determina abordar grupos sem que haja ameaça aos mesmos. Isto reflete, às vezes, a imprudência do órgão em antecipar um contato desnecessário, esperando, assim, ganhar prestígio e recursos através de tais aventuras. Em tais situações o DII prepara um contato mal feito, freqüentemente deixando os índios a sua própria sorte após o encontro inicial.

2) O contato deve ser feito de uma maneira mais branda e menos agressiva. Os Guajá mencionaram, por exemplo, que os primeiros contatos foram feitos de uma maneira hostil, principalmente quando eles se encontravam enfraquecidos e num estado de saúde comprometido. Segundo eles, o tratamento foi grosseiro e em certo momento relataram que o chefe da expedição da FUNAI matou um xerimbabo deles por este "roubar" uma carteira de cigarros. Desta forma, o contato deve contar com equipes bem versadas na interação interétnica, culturalmente sensíveis e psicologicamente preparadas para enfrentar as dificuldades do campo e os momentos, freqüentemente, hostis, ingratos e inóspitos. Ressaltamos, aqui, que a FUNAI já dispõe de pessoas treinadas e com ampla experiência; porém, uma parte expressiva de sua equipe de contato não conta com o lastro psicológico necessário para enfrentar estes tipos de dificuldades. Alertamos aqui, também, que o órgão tutelar não deveria aceitar uma equipe

apenas "quebra galho" para assumir tal responsabilidade. Neste ponto, é importante frisar que a FUNAI freqüentemente contrata pessoal de pouca instrução, alegando que não dispõe de recursos ou tempo suficiente para procurar servidores adequados. Assim, o órgão termina por empregar funcionários mal instruídos e despreparados para exercerem tais funções. Vale mencionar aqui que, entre a equipe sertanista da FUNAI encarregada de administrar os assuntos dos Guajá, encontravam-se neste quadro ex-garimpeiros. Um documento da própria FUNAI também revela que um garimpeiro contratado para trabalhar na Frente de Atração havia introduzido a *malária falciparum* à Terra Indígena Alto Turiaçu em 1985, situação inexistente até então. Não é preciso dizer que mudanças são necessárias neste quadro, mas é importante enfatizar que a FUNAI peca por cumplicidade neste e em outros casos de contato, pois teve plena consciência desta situação – e de outras que não vieram à luz da sociedade maior. Peca ainda mais ao permitir o contato destes elementos com os indígenas, enquanto cria dificuldades para pesquisadores e profissionais de saúde terem acesso às áreas indígenas.

Em suma, o contato requer uma transparência na sua operacionalidade, para que quaisquer desvios em comportamento da sua equipe, e outras dificuldades, possam ser monitorados e corrigidos, se necessário. A maioria das situações de contato ocorre longe da ótica da sociedade envolvente e, freqüentemente, não se sabe o que desdobra neste intercâmbio, exigindo, assim, um acompanhamento profissional ágil e bem acessível. Há que se lembrar, também, que o órgão tutelar não pode ser esquivo na responsabilidade de abrir as portas para outros que possam contribuir para o bem-estar dos indígenas.

3) O contato não pode alterar o estilo de vida dos grupos contactados. Isto pode comprometer em muito a situação deles. Se os grupos recém-contactados aceitarem abraçar novas experiências, alimentos, modos de produção etc., então tais empreendimentos podem ser cumpridos desde que os indígenas consigam realizá-los sem comprometer sua individualidade. Isto significa que seja permitida uma auto-reflexão da parte dos interessados e que o órgão tutelar proporcione a eles esta oportunidade. Outrossim, é importante lembrar que se não desejarem abraçar um novo método tecnológico, que seja

permitida esta opção. Frequentemente, muitos indígenas são coagidos a se integrarem em equipes de trabalho para a FUNAI, fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e outros elementos da fronteira amazônica. Esta cooptação ocorre de maneira autoritária e paternalista, muitas vezes sendo executada com ameaças, chantagens e endividamento proveniente de relações clientelistas que subordinam o indígena a um esquema de peonagem, em muitas ocasiões, até vitalícias, situação essa semelhante à escravidão. Oferecer opções aos indígenas é interessante, contanto que os mesmos enxerguem uma vantagem distinta em aceitar essas mudanças.

4) O contato tem que estar atento à situação social dos grupos para não alterar ou comprometer seus relacionamentos internos. Se as mulheres também figuram como lideranças nestes grupos, então as interações e negociações também têm que contemplá-las, além de estarem atentas e sensibilizadas a esta dinâmica. É importante lembrar que os grupos recém-contatados ficam vulneráveis após o contato, em todos os sentidos, e sua organização social e política podem ser facilmente subvertidas pela força da equipe de sertanistas que interage com eles. No período de colonização das Américas, os exploradores europeus eram predominantemente homens e, deste modo, traziam consigo preceitos advindos de suas terras no que dizia respeito às relações sociais. Uma das conseqüências disso foi que esses, invariavelmente, preferiam negociar diretamente com os homens das sociedades indígenas, mesmo que as tomadas de decisões fossem distribuídas entre o sexo masculino e feminino. Neste caso, o balanço do poder acabou favorecendo os homens indígenas e a mulher ficou afastada das tomadas de decisão. Hoje encontramos a mesma dinâmica e ação onde o homem indígena freqüenta mais o mundo do branco, fala português, lida com assuntos externos, enquanto sua mulher fica sem as ferramentas de interagir com a sociedade envolvente, situação que a coloca numa subordinação maior. Ao abordar grupos recém-contatados, seria interessante incluir mulheres nas equipes de contato para amenizar esta situação. Esta opção ajudaria diminuir a desconfiância que muitos indígenas recém-contatados sentem nos primeiros contatos. Frequentemente, sentem-se alvo de emboscadas destinadas a raptar suas mulheres e crianças.

5) De modo geral, a FUNAI tem um plano até adequado para efetuar o contato, mas é importante frisar que o contato é um processo que requer tempo e somente se ganha a confiança de grupos isolados de modo gradual, pois estes sempre vão pressupor o pior possível sobre pessoas estranhas. Na prática, vimos que o contato não é praticado com paciência e profissionalismo. Leituras errôneas sobre o comportamento do outro podem facilmente solapar as boas intenções da equipe de contato, de forma que os primeiros encontros exigem finesse e uma abordagem delicada. Isto significa que, embora a equipe de contato seja submetida a situações estressantes, tais como, a imprevisibilidade, hostilidade, andar em terreno desconhecido, sofrer pela distância de sua família etc., é importante ter uma reciclagem constante na equipe e uma preparação prévia sobre esta situação. Sabe-se, de fato, que os integrantes das equipes sertanistas da FUNAI recebem um apoio especial por desempenharem uma função avaliada como difícil, onde o funcionário é submetido a situações muito adversas. Dessa forma, os sertanistas podem se aposentar com menos tempo de serviço. Mesmo assim, seria interessante estender aos mesmos mais períodos de folga e tempo para recuperarem-se de seus trabalhos. No desdobramento de suas atividades, muitos desses ficam "esquecidos" pelos seus chefes e são obrigados a ficarem afastados de seus familiares por longos períodos. É o que freqüentemente ocorre com os auxiliares de serviços gerais da FUNAI, ou seja, os "peões" do órgão tutelar que, neste caso, trabalham nos Postos Indígenas, Frentes de Atração e Postos de Vigilância mais afastados. A moral e auto-estima desses servidores poderiam melhorar se tivessem mais acesso aos seus lares, além de receberem um tratamento mais digno dos seus superiores que, freqüentemente, subestimam o valor desses funcionários, que prestam um serviço essencial ao ministrar os assuntos de índios recém-contatados, tarefa difícil até para o mais veterano indigenista ou antropólogo versado no contato interétnico. Caso contrário, continuará em vigor o que testem unhamos muito hoje, ou seja, quando mal tratado, o servidor trabalha de forma contrária a sua vontade, rende pouco, e, pior ainda, passa a hostilizar o índio. Dessa forma, o índio recém-contatado se torna um alvo fácil de hostilidades no seu dia-a-dia com os funcionários que deviam tratá-lo de maneira mais digna.

6) Sabe-se que, talvez, a maioria dos grupos isolados quer, de fato, um contato eventual com outras sociedades humanas, mas

muitos continuam receosos e desconfiados devido à experiência negativa que tiveram no passado. Antes que tudo, a paciência é de suma importância. Os antropólogos Kim Hill e Hillard Kaplan (comunicação pessoal) relataram uma estória interessante de contato que fizeram com os Yora, do Peru. Na ocasião, mencionaram que o sucesso do contato com este grupo foi o fato deles não terem portado armas, apesar de sentirem-se vulneráveis. Mais tarde os Yora informaram-lhes que pelo fato deles terem levado uma canoa cheia de equipamento, sem armas, os convenceu das suas boas intenções. Mesmo assim, há riscos a assumir na feita de iniciar um contato interétnico. Desta forma, as equipes de contato têm que ter uma rede de apoio, caso ocorra alguma agressão. As equipes tem que dispor de tecnologia de ponta para facilitar a comunicação, como *Walkie-talkies*, internet via relay de satélite, georeferenciamento (GPS) etc.

7) Uma vez que se estabelece o contato com grupos arredios, tem-se que implementar, imediatamente, um programa de saúde para antecipar os problemas que, inevitavelmente, ocorrem no percurso do contato. Foi principalmente neste ponto onde as Frentes de Atração da FUNAI falharam miseravelmente. Todos os grupos recém-contatados necessitam do acesso ao atendimento médico ágil e constante por um período de, aproximadamente, 5 anos após o contato. Isto apresenta um problema complexo, principalmente em situações onde o contato é feito com grupos dispersos e nômades. Isto implica, certamente, um plano de ação para o contato imprevisível, que ocorre acidentalmente. Em tal caso, a equipe tem que estar prevenida para antecipar situações inesperadas e ter a seu dispor um plano para deslocamento ágil e eficiente. Isto também requer que se estabeleça programas de comunicação e educação com a população a partir do momento de contato. Eles têm que ser informados que vão ficar doentes e que os demais da sua comunidade vão também contrair doenças às quais eles não têm resistência.

8) O contato precisa de equipes experientes e tem que contar com o apoio de grupos indígenas vizinhos, ou aqueles que falam línguas parecidas com os grupos isolados. Porém, nem sempre a presença de outros grupos indígenas garante um contato tranquilo e eficiente. Às vezes, existe uma história de conflito entre o grupo convocado pela FUNAI e a comunidade a ser contactada. Sabe-se,

por exemplo, que antes de estabelecer contato permanente com a sociedade envolvente, os Guajá eram alvo de hostilidades dos Ka'apor e outros grupos. Desta forma, ao solicitar apoio de outros indígenas para "facilitar" o contato, a FUNAI tem que estar a par desta informação e selecionar bem seus guias, pois, nas palavras de um antigo sertanista da FUNAI, "às vezes, os brancos são mais bem-vindos do que outros índios". Apesar dos grupos indígenas servirem de guias e intérpretes, é importante lembrar que nem todos serão bem recebidos, pois eles também podem despertar desconfiança do grupo arredio. Neste respeito, é interessante frisar que muitos dos grupos isolados são mais vulneráveis e podem enxergar outros grupos indígenas como agressores. Para citar o exemplo acima, no passado os Ka'apor e outros grupos atacavam os Guajá para raptar suas mulheres e crianças. E esta questão pode até explicar o porquê dos Guajá e outros grupos terem um número reduzido de mulheres na sua população. Quanto a este ponto, vale ressaltar que mesmo quando se convoca membros da *mesma* etnia para assistir no contato, não significa que a sua aceitação será garantida, pois, frequentemente, pessoas da mesma etnia também são alvo de desconfiança. Quando a FUNAI recruta membros da comunidade Guajá para assistir no contato interétnico, muitas vezes estes participam voluntariamente com a esperança de obterem mulheres novas e disponíveis. Além disso, o próprio órgão tutelar incentiva-os a participar do contato alimentando esta esperança. Assim, o que pode eventualmente ocorrer é do grupo contactado ser subordinado pelos indígenas que assistiram à FUNAI nos primeiros encontros. Ao aceitar o contato e, conseqüentemente, submeter-se à situação precária do período de transição, o grupo recém-contactado torna-se um alvo fácil de subordinação do grupo mais experiente e numericamente superior. Por isso, esta dinâmica tem que ser antecipada e monitorada pela equipe de contato para evitar a criação de relações desiguais entre o próprio grupo.

9) As equipes têm que estar munidas com rádios de comunicação, para acionarem núcleos de apoio e médicos de "plantação" em grandes cidades. A questão de equipamento foi referido acima, mas reitera-se aqui esta questão para acrescentar a necessidade de uma boa infra-estrutura para as equipes de contato e um Núcleo de Apoio substancial para deslocar médicos, enfermeiros e técnicos para agilizar situações de

emergência, tais como o deslocamento de pessoas doentes para locais onde elas podem ser melhor atendidas. Frequentemente, as pessoas contraem doenças que não podem ser tratadas na floresta ou no próprio Posto Indígena, Frente de Atração etc., necessitando, assim, de sua remoção para cidades circunvizinhas que dispõem de infra-estrutura, medicamentos e profissionais de saúde que possam tratá-las. O deslocamento, em si, é uma questão delicada, pois, quando se transporta pessoas convalescentes há que se fazer de maneira segura para que não seja agravada sua situação. Além disso, as tomadas de decisão têm que ser resolvidas rapidamente, pois, frequentemente, uma pequena hesitação pode custar a vida de uma pessoa. Desde que a responsabilidade da saúde indígena foi transferida da FUNAI para a FUNASA, foram estabelecidos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) no Brasil. Esses órgãos estão munidos com médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes indígenas de saúde. O desempenho deste programa tem sido razoável, porém, não se sabe da sua durabilidade. Além disso, a contratação dos médicos no quadro atual é de natureza temporária, fragilizando, assim, a durabilidade e consistência do projeto atual.

10) Suas áreas de residência têm que ser mapeadas, imediatamente, com sistema GPS para poder antecipar as epidemias que surgam rapidamente entre grupos isolados. Além disso, eles têm que ser orientados no sentido de saber para onde ir no caso deles começarem a ficar doentes, ou como solicitar ajuda caso não consigam trazer pessoas convalescentes para o local.

11) Parte do programa também tem que fornecer alimentos suplementares para os índios recém-contatados. Os dados revelam que adultos acima de 25 anos de idade ficam mais adoentados durante o período de contato. Normalmente, as pessoas mais jovens criam resistência mais rapidamente, mas crianças podem fatalmente morrer de fome quando os adultos adoentados ficam impossibilitados de fornecer alimentos. A maioria das mortes de crianças menores de 10 anos são por falta de cuidados dos pais ou adultos que sucumbiram às doenças.

12) Equipes médicas munidas com outros índios e com um conhecimento maior da etnomedicina. Ou seja, a equipe de contato tem que estar atenta para os conceitos indígenas de saúde,

cura, doença e morte. Caso contrário, isto cria uma falta de comunicação, que é essencial na hora de poder ministrar remédios e efetuar curas. Neste sentido, a equipe de contato tem que ser bem versada com um conhecimento anterior para que seus procedimentos de cura não interfiram com os procedimentos dos próprios índios.

13) Reconhecemos que vivemos na era da globalização e sabemos que seus mecanismos têm trazido vários problemas, porém, apesar disto a mundialização da economia também pode ser contornada a favor dos índios. Isto implica em que toda tecnologia nova e os meios de comunicação deverão ser utilizados para agilizar o contato e atendimento. Os próprios índios podem se valer da internet e de novas políticas públicas para criar melhorias na área de saúde. Isto daria mais transparência nas operações entre os grupos isolados ao invés de manter a situação deles sob sigilo. Ao esconder a situação real de observadores externos corre-se o risco de comprometer um programa sério por não revelar o que ocorre na vida dos grupos recém-contatados. Assim, seria interessante ter mais um interlocutor, além da FUNAI. Já existe tal situação entre os grupos em situação de contato, porém, há que se estender este direito aos grupos isolados também. A situação de tutela entre os grupos recém-contatados proporciona a FUNAI-DII um poder exagerado de manter todas as suas operações fechadas e sob sigilo. Deste modo, não se sabe sobre ocorrências de surtos, trabalho forçado e outras transgressões que ocorrem longe da ótica da sociedade envolvente.

14) Finalmente, é necessário criar mais convênios e parcerias para efetivar uma melhoria na saúde indígena. Recentemente, o Ministério de Saúde criou um programa que incentivava a ida de médicos para o interior, sendo que isto também deveria ser estendido às comunidades indígenas. O profissional de saúde ganharia uma experiência preciosíssima ao estagiar entre os índios, pois estaria se colocando a par da situação deles e tomaria mais conhecimento da situação de saúde no interior como um todo. Acreditamos que o quadro de saúde no interior não seria completo sem incluir o atendimento nas áreas indígenas. Atualmente a FUNASA, através de seus Distritos de Saúde Indígena (DSEIs), está estruturada para atender à saúde indígena, uma vez que a FUNAI foi exonerada desta responsabilidade a partir de 1999. Dentro deste

programa há equipes volantes de saúde para atender as comunidades indígenas, com médicos, atendentes de enfermagem, microscopistas e agentes indígenas de saúde. Porém, este programa fracassa por não proporcionar aos médicos e outros integrantes dessas equipes um contrato permanente para desenvolverem projetos mais duradouros e conseqüentes para os interessados. De fato, os contratos são temporários, normalmente correspondentes a períodos de 1 a 2 anos, fragilizando o empreendimento de atender a saúde indígena. Deste modo, é difícil atrair médicos que queiram se integrar a essas equipes por conta dessa instabilidade de emprego. É importante frisar que este programa serve mais aos interesses dos indígenas *em contato* e não aos índios isolados, por conta do difícil acesso a estes últimos, além da FUNASA, em si, não ter uma política firme para atendê-los.

REFLEXÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho frisamos a importância de rever a política indigenista para com os índios isolados. Vimos que sua situação de isolamento e o ato de caracterizá-los como "isolados" também proporciona ao DII uma autonomia que o isenta de qualquer fiscalização, o que exige uma responsabilidade ainda maior em termos de transparência e prestação de contas, quer diante dos índios, quer para seu próprio órgão (FUNAI), quer para a sociedade envolvente. Ou seja, da forma que atualmente atua, esse departamento não precisa dar satisfação aos demais interessados sobre o bem-estar dos grupos isolados. Embora o departamento sofra de uma imagem combatida, em certos círculos goza de uma imagem heróica, principalmente no exterior, aos olhos de simpatizantes da causa indígena brasileira, cujos pormenores da política indigenista desconhecem. Cabe também aos antropólogos esclarecerem melhor a situação dos grupos isolados e o panorama geral dos indígenas brasileiros, para que se tenha uma visão mais fiel da experiência que o índio viveu no passado e da qual atravessa no momento. Uma articulação melhor com a área de educação esclareceria, em muito, para a sociedade envolvente, a realidade da vida indígena e a contextualização na sua trajetória histórica. Desta forma, almeja-se uma alfabetização científica e humanista da sociedade para com os índios. Em seu estado atual, os índios dispõem de

um status até "privilegiado", por assim dizer, uma vez que representam menos de um por cento da população brasileira, mas cujas terras representam, aproximadamente, 12 por cento do território nacional. Mesmo assim, os índios isolados estão longe da ótica nacional e não dispomos de muitas informações sobre seu bem-estar ou a maneira em que estão sendo ministrados seus assuntos. Um dos primeiros pronunciamentos do governo atual enfatizava a importância da transparência governamental e a divulgação de informações de maneira aberta. Esperamos que este ensaio tenha esclarecido algumas destas questões para com os índios isolados e que, pela frente, possamos esperar que a FUNAI, junto ao governo federal, cumpra esta missão.

REFERÊNCIAS

- BALÉE, William. 1984. *The Persistence of Ka'apor Culture*. Doctoral dissertation, Columbia University, New York.
- BALÉE, William. 1992. *People of the Fallow*. In: REDFORD, K.; PADOCH, C. (Orgs.). *Conservation of Neotropical Forests*. New York: Columbia Univ. Press.
- BALÉE, William. 1994. *Footprints in the Forest*. New York: Columbia Univ. Press.
- DENEVAN, William. 1976. *The Aboriginal Population of Amazonia*. In: DENEVAN, W. (Org.). *The Native Population of the Americas in 1492*. Madison: Univ. of Wisconsin Press. p. 205-234.
- FORLINE, Louis. 1995. *A Mulher do Caçador: uma análise a partir dos Guajá*. In: D'INCAO, M. Angela; ALVARES, M. Luzia Miranda (Orgs.). *A Mulher Existe? estudos de Relações de Gênero na Amazônia*. Belém: GEPÉM/Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 57-79. (Coleção Eduardo Galvão)
- FORLINE, Louis. *The persistence and cultural transformation of the Guajá Indians: foragers of Maranhão state, Brazil*. Tese de doutorado. Universidade da Flórida. Gainesville, 1997.
- GOMES, Mércio. 1988. *Os Índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- GOMES, Mércio. 1989. *O Povo Guajá e as Condições Reais para a sua Sobrevivência: reflexões e propostas*. [S.l.]: Unpublished Manuscript.

- HEMMING, John. 1978. *Red Gold: the conquest of the Brazilian Indians*. Southampton: The Camelot Press Ltda.
- HEMMING, John. 1987. *Amazon Frontier: the defeat of the Brazilian Indians*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- LARAVA, Roque de Barros. 1974. "Polyandrous Adjustments" in Surui Society. In: LYON, P. (Ed.). *Native South Americans: ethnology of the least known continent*. Boston: Little, Brown, and Company, p. 370-372.
- LATHRAP, Donald. 1968. The "Hunting Economies" of the Tropical Forest Zone of South America: An Attempt at Historical Perspective. In: LEE, R.; DEVORE, I. (Eds.). *Man the Hunter*. Chicago: Aldine, p. 23-29.
- LEE, Richard. 1992. Art, Science, or Politics? The Crisis in Hunter-Gatherer Studies. *American Anthropologist*, v. 94, p. 31-54.
- PARKER, Eugene. 1985. Cabocclization: The Transformation of the Amerindian in Amazonia, 1615-1800. *Studies in Third World Societies*, v. 29, p. 17-51.
- RAMOS, Alcida. 1984. Frontier Expansion and Indian Peoples in the Brazilian Amazon. In: SCHMINK, M.; WOOD, C. (Orgs.). *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville: University of Florida Press, p. 83-104.
- RIBEIRO, Darcy. 1986. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes.
- ROSS, Eric. 1978. The Evolution of the Amazonian Peasantry. *Journal of Latin American Studies*, v. 10, n. 2, p. 193-218.
- STEARMAN, Allyn. 1984. The Yucuí Connection: another look at siriono deculturation. *American Anthropologist*, v. 86, n. 3, p. 630-650.
- SURVIVAL International. *Disinherited: Indians of Brazil*. 2000. Londres: Waterside Press.
- TRECE, Dave. 1987. *Bound in Misery and Iron: the impact of the grande Caraiás Programme on the Indians of Brazil*. London: Survival International.
- WAGLEY, Charles. 1977. *Uma Comunidade Amazônica*. São Paulo: Editora Nacional, Brasileira, v. 290.
- WAGLEY, Charles; GALVÃO, E. 1961. *Os Índios Tenetehara: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.